

Comércio informal, transfronteiriço e transnacional: que articulações?

Estudo de caso no mercado de S. Pedro (Huambo) e nos mercados dos Kwanzas e Roque Santeiro (Luanda)

CARLOS M. LOPES

RESUMO: O artigo apresenta os resultados da pesquisa realizada em três mercados angolanos, relativa à linha de investigação sobre o eixo Luanda-Huambo, que integra o projecto «Angola em Movimento». O essencial da pesquisa centrou-se na produção e análise de dados empíricos, obtidos a partir da administração do inquérito-piloto do Banco Mundial, adoptado e adaptado pela equipa do projecto. Dos resultados apurados, emerge a constatação da existência de uma estreita articulação entre o comércio informal local, o comércio interprovincial e o comércio informal transnacional, conexão que se revela menos expressiva no caso do comércio transfronteiriço. A informação recolhida sugere que os comerciantes informais cultivam uma desconfiança generalizada em relação aos outros agentes com que se relacionam, constituindo o grupo familiar – que é referido como principal sede de confiança e como uma das principais fontes de ajuda ao arranque do negócio – e os agrupamentos religiosos as excepções à regra.

Palavras-chave: Comércio Informal, Comércio Informal Transfronteiriço, Comércio Informal Transnacional, Redes Comerciais, Capital Social

TITLE: Informal, cross-border and trans-national trade: which connections? Study case in S. Pedro market (Huambo) and in Kwanzas market and Roque Santeiro market (Luanda)

ABSTRACT: This article is the result of the research conducted in three Angolan markets, with special attention to the Luanda-Huambo line of investigation within the scope of «Angola in Movement» Project. The research was focused on the production and analysis of empirical data that came as a result of the application of the World Bank survey, adapted by the project researchers. The results lead to the conclusion that there is a strong connection between local informal trade, inter-provincial trade, and trans-national informal trade. The connection between local informal trade and cross-border trade is less significant. The data demonstrate that tradesmen don't trust each other. Their family and their religious group are the only ones that deserve to be trusted. Family members are the most reliable ones and provide the main support when it comes to start business.

Key words: Informal Trade, Informal Cross-Border Trade, Informal Trans-national Trade; Commercial Networks, Social Capital

CARLOS M. LOPES

carlolese@yahoo.com

Investigador do Projecto «Angola em Movimento». Investigador do Centro de Estudos Africanos do ISCTE. Mestre em Estudos Africanos (ISCTE). Economista. Docente.

«Angola in Movement» Project researcher. African Studies Center researcher in ISCTE. Economist. University teacher.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, que apresenta resultados da pesquisa realizada no eixo Luanda-Huambo, no quadro do projecto «Angola em Movimento», está organizado em quatro partes. Na primeira parte, delimitam-se os conceitos e descreve-se a abordagem metodológica a que se fez recurso. Na segunda parte, caracteriza-se o contexto angolano numa perspectiva do geral para o particular, constituído este último pelos mercados-alvo da pesquisa. Na terceira parte, efectua-se a análise da informação empírica gerada, através da utilização de metodologias qualitativas e da administração do inquérito-piloto adoptado pelo projecto nos referidos mercados. Finalmente, na conclusão, evidenciam-se as principais constatações que os dados permitiram formular e sugerem-se algumas pistas para reflexão e para aprofundamento da investigação.

DELIMITAÇÃO CONCEPTUAL E ABORDAGEM METODOLÓGICA

Tendo presentes os objectivos e as características da pesquisa a realizar, fixaram-se os seguintes conceitos: **comércio informal** – actividades comerciais realizadas, totalmente ou parcialmente, à margem do quadro legislativo e regulamentar que enquadra o seu exercício, o não cumprimento de diversas disposições legais é social e administrativamente tolerado; **comércio ilegal** – actividades comerciais não reconhecidas nem permitidas por parte dos poderes públicos, incluem-se nesta categoria o contrabando e o tráfico de produtos ilícitos (drogas, armas, etc.); **comércio fronteiriço** – comércio de produtos realizado em espaços geográficos nas imediações de uma fronteira entre dois estados, pode identificar apenas as trocas comerciais realizadas apenas de um lado da fronteira; **comércio transfronteiriço** – comércio de produtos realizado entre agentes económicos sedeados em espaços geográficos situados de um lado e do outro de uma fronteira entre dois países, reporta à contiguidade dos espaços nos quais se realizam as trocas comerciais (via terrestre ou fluvial); **redes comerciais** – grupos de comerciantes inseridos em redes de relações parentais, sociais ou de negócio. A metodologia adoptada centrou-se na exploração das sinergias resultantes da combinação da análise documental e da produção de dados empíricos, obtidos a partir de técnicas quantitativas (inquéritos) e qualitativas (entrevistas a actores e informantes especializados), tendo a pesquisa no terreno sido realizada em Abril de 2006.

No Huambo, foram realizadas entrevistas ao Vice-Governador para a área Económica e Produtiva, ao Director Provincial do Comércio, à Administradora Municipal do Huambo e a quatro Operadores do mercado S. Pedro, entre os quais um vendedor de motorizadas, um vendedor de colchões, um vendedor de cereais (semigrossista) e um vendedor de materiais plásticos (mesas e cadeiras). No mercado S. Pedro (Huambo), foram administrados 50 inquéritos.

Em Luanda foram realizadas entrevistas ao Director Nacional do Comércio Interno (DNCI), ao Director Provincial de Serviços Comunitários (DPSC), ao Administrador do mercado dos Kwanzas, a três Operadores do mercado dos Kwanzas – uma vendedora de feijão, açúcar e arroz (semigrossista), a uma vendedora de produtos de beleza e a um vendedor de telemóveis –, ao Administrador do mercado Roque Santeiro e a três Operadores do mercado Roque Santeiro (sector 12), nomeadamente a uma vendedora de produtos de higiene pessoal (perfumes, gel de banho, sabonetes, etc.), a um vendedor de rádios, gravadores, televisores e a um vendedor de roupa importada, panos e lenços.

No mercado dos Kwanzas (Luanda) foram administrados 60 inquéritos, enquanto que, no mercado Roque Santeiro (Luanda), foram realizados outros 87 inquéritos. Em termos globais, no conjunto dos três mercados foram aplicados 197 inquéritos.

Os escassos dados estatísticos disponíveis foram recolhidos em sede dos Governos Provinciais de Luanda e do Huambo, na Direcção Nacional do Comércio Interno e no Ministério do Plano.

CONTEXTO

Angola

A envolvente política e institucional que enquadrou a evolução da economia angolana, desde a independência em 1975, conheceu até à data cinco fases distintas: o *período de transição para a economia centralizada*, entre 1975 e 1977, ao longo do qual se edificaram os diferentes mecanismos de controlo estatal e de centralização administrativa da economia (nacionalizações; criação das empresas estatais monopolistas nos diferentes sectores de actividade; instituição dos instrumentos de planeamento centralizado da actividade económica; etc.); o *período da centralização económica e da regulação administrativa do sistema económico*, que vigorou entre 1977 e 1987; o *período embrionário da transição para a economia de mercado*, situada entre a aprovação do Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), em 1987, e a aprovação da Constituição de 1992, com a liberalização progressiva da actividade económica, a extinção dos monopólios estatais em alguns dos sectores da economia, o desmantelamento de alguns dos mecanismos de controlo administrativo da actividade económica, um processo de privatizações restrito e orientado de molde a permitir a concentração dos recursos na posse de elite política, militar e administrativa; o período entre 1992 e o final do conflito militar em 2002, caracterizado por uma *continuidade condicionada* do processo de transição para a economia de mercado, com um alcance e um ritmo não uniforme das reformas económicas, em resultado da influência recíproca de factores diversificados, dos quais se destacam a submissão da

política económica às exigências do esforço de guerra, a inconsistência e incoerência dos programas de política económica adoptados, a manutenção dos mecanismos de regulação da actividade e de afectação de recursos de natureza administrativa e clientelista em alguns sectores e segmentos económicos, o aprofundamento da crise económica e da instabilidade macroeconómica; o *período de estabilização macroeconómica em contexto de paz*, a partir de 2002 até à data, genericamente marcado por uma conjuntura internacional particularmente favorável para a economia angolana, como consequência da tendência de crescimento contínuo do preço do petróleo, pela reabilitação, ainda que lenta, das infra-estruturas económicas e produtivas destruídas no decurso do conflito militar e por um sucesso relativo da política de estabilização macroeconómica adoptada. Este complexo e acidentado processo de transformações, que se foi desenrolando ao longo dos últimos 30 anos, repercutiu-se naturalmente sobre a extensão, natureza e características da economia informal em Angola, bem como sobre a respectiva evolução, processo em relação ao qual a capital angolana constitui um representativo observatório.

Fases de Evolução e Factores de Crescimento da Economia Informal em Angola

Em traços gerais, é possível identificar cinco grandes etapas no processo de evolução da economia informal de Luanda: na primeira etapa, antes da independência as actividades informais desempenhavam uma função estritamente subsidiária do sector formal da economia, dominante, estruturante e dotado dos indispensáveis mecanismos de controlo e regulação. A economia informal de Luanda restringia-se às actividades artesanais tradicionais, à prestação de serviços – nomeadamente serviços domésticos –, ao comércio ambulante, ao comércio à porta de casa, aos mercados dos *musseques* e às actividades relacionadas com construção e habitação das populações autóctones que residiam na sua periferia; na segunda etapa, o processo de crescimento iniciou-se nos anos 1977/78 e, rapidamente, as práticas informais – *esquemas, candonga* – alastraram aos diferentes sectores de actividade económica e às diferentes dimensões de intervenção dos actores sociais luandenses, no contexto socializante de uma economia centralizada e administrativamente regulada; na terceira etapa, o dismantelamento da maioria dos mecanismos que caracterizaram o centralismo económico, no quadro do processo de transição para uma economia de mercado (1987-1991), possibilitou a transição entre as actividades paralelas e as actividades informais, mas não produziu alterações substanciais na dinâmica de crescimento acelerado do sector informal luandense que tem vindo a crescer a ritmos elevados, embora sectores como os transportes, mercados urbanos ou mercado cambial se tenham estruturado e complexificado; na quarta etapa, entre 1992-2002 registou-se um crescimento generalizado das actividades e práticas informais, que encontraram terreno fértil para a progressão na ambiguidade e indefinição de um processo de libera-

lização e transição para a economia de mercado que foi coexistindo com a manutenção de enquadramentos e lógicas administrativas ou monopolistas em alguns sectores de actividade, processo emblematicamente representado numa vasta sucessão de programas de reforma económica que nunca chegaram a ser concluídos e, em alguns casos, sequer accionados; finalmente, na quinta etapa, depois de 2002, com o advento da paz e com a adopção de políticas de estabilização macroeconómica, em particular no sector cambial e no sector interno, num contexto de evolução conjuntural muito favorável do preço do petróleo no mercado internacional, verificou-se uma significativa retracção de alguns segmentos da economia informal (cambistas, operadores dos mercados).

Este processo de crescimento acelerado da economia informal de Luanda tem sido a resultante da acção conjugada de diversos factores: um fluxo migratório prolongado e intenso em direcção à capital angolana, em consequência do conflito militar prolongado; os efeitos das distorções geradas pelo sistema centralizado e estatizado de organização económica, facilitadores de uma relativa profusão de instrumentos/mecanismos/circunstâncias susceptíveis de permitirem a apropriação de rendas; a incapacidade crescente do sector formal, público e privado, na provisão de emprego formal; o progressivo esvaziamento do papel dos salários como garante da subsistência das famílias luandenses; a diminuição progressiva da provisão de bens e serviços públicos por parte do Estado, prioritariamente orientado, em termos de afectação de recursos, para sustentar o esforço de guerra, para solver os compromissos mínimos exigidos pelas instituições credoras relativos à dívida externa e para a satisfação dos interesses particulares de acumulação dos grupos sociopolíticos detentores do poder, bem como das respectivas redes de clientela; a adopção de políticas macroeconómicas objectivamente produtoras de mecanismos de apropriação de riqueza e recursos por parte dos grupos sociopolíticos no poder (taxa de câmbio artificialmente sobrevalorizada, desvalorização continuada dos salários do funcionalismo público, etc.).

Extensão da Economia Informal em Angola

Apesar de não existirem cifras seguras sobre a extensão da economia informal em Angola, os relativamente escassos estudos conhecidos parecem concordar no que respeita à importância socioeconómica das actividades informais em Luanda. De acordo com Adauta (1998), e com base nos dados de um inquérito levado a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística, a economia informal de Luanda assegurava, de forma exclusiva, a subsistência de 42% das famílias luandenses, representando 56% da população economicamente activa (população de 10 anos de idade ou mais) na capital angolana. Os dados, obtidos através do Inquérito Prioritário sobre as Condições de Vida nos Domicílios, realizado pelo INE, em 1995, indicavam que cerca de 51% dos agregados entrevistados tinham pelo menos um membro emprega-

do no sector informal, sendo que o exercício de actividades informais contribuía já com cerca de 55% dos rendimentos destes agregados (INE, 1996). Um relatório do PNUD (1999) abordava a evolução da economia angolana em 1998, sublinhando a importância do sector informal como fonte alternativa de emprego e estimava em 20% a 30% o seu contributo para o PNB não petrolífero. Um estudo do PNUD (2000) sobre as Políticas de Redução da Pobreza refere que, em Luanda, 41% da população com idade compreendida entre os 15 e os 60 anos encontrava ocupação nas actividades informais. Os resultados apurados pelo Inquérito às Despesas e Receitas dos Agregados Familiares (INE, 2000) permitiram concluir que a proporção de indivíduos cujas actividades principais são de natureza informal corresponde, em média, a 62,8% da população economicamente activa (PEA), embora geograficamente esta proporção possa variar entre os 52% e os 80,2%. Recentemente, F. Schneider (2005) estimava em 45,2% a participação da economia informal para o PIB oficial angolano, ligeiramente inferior à média estabelecida para esse indicador na África Austral (45,5%), a partir da observação de um conjunto de nove países.

Elementos sobre o Crescimento Urbano e a Actividade Comercial no Huambo e em Luanda

As duas cidades nas quais se realizou a pesquisa apresentam características que reflectem uma evolução distinta. A cidade do Huambo é a capital da Província do Huambo, a qual está organizada administrativamente em 11 municípios e 37 comunas. A cidade do Huambo está integrada no município sede, que integra as Comunas do Huambo, Calima e Chipipa. A população da província terá crescido de 1 598 734 de habitantes em 2000 para os actuais 2 301 524 (GPH, 2005) e 2 336 734 (GPH, 2006). Os dados disponíveis referem uma população de 962 111 (GPH, 2005) e de 1 055 380 (GPH, 2006) para o município do Huambo, enquanto que a comuna do Huambo seria habitada por 950 369 habitantes (GPH, 2006). Em Abril de 2006, a Administradora Municipal da Comuna do Huambo referia-se a 1 242 614 habitantes na sua área de jurisdição, a que se acrescentavam 54 539 na Comuna da Calima e 35 001 na Comuna da Chipipa, o que perfaz 1 332 154 habitantes no Município do Huambo. A cidade do Huambo registou um forte crescimento demográfico, com enviesamento urbano, como consequência dos efeitos combinados do crescimento natural, do êxodo rural e das deslocações compulsivas induzidas pela guerra. A actividade comercial da cidade está em fase de reactivação e reabilitação, sendo a actividade comercial formal dominada por alguns grupos empresariais dedicados ao comércio grossista (Arosfram, Angoalissar, Comalca, Golfrate, sendo as duas últimas de empresários indianos e libaneses), enquanto que o comércio a retalho em estabelecimentos é ainda pouco significativo comparativamente ao que se desenvolve nos mercados. Parte significativa da actividade comer-

cial e da prestação de serviços mercantis (barbeiros; cabeleireiros; reparação electrodomésticos; serralharias; alfaiatarias; sapatarias; estúdios fotográficos; etc.) apresenta um carácter informal.

Luanda é a capital económica e administrativa do país e sede das principais instituições políticas, financeiras, sociais, empresariais. Em 2000, a população da capital era estimada em 2 534 800 habitantes (KPMG/Ministério do Plano, 2003). Os estudos existentes assumem consensualmente que o crescimento da população se deve, não apenas ao crescimento vegetativo (saldo natural), como também a um forte contributo dos movimentos migratórios (regulares e induzidos pelo conflito militar). Luanda concentra 19,3% da população urbana de Angola (KPMG/Ministério do Plano, 2003) e o seu crescimento demográfico tem sido acompanhado por uma ocupação do espaço extensiva e não planificada. O conflito militar prolongado reflectiu-se, indirectamente, aos diferentes níveis da actividade económica sediadas na cidade. Os grupos empresariais que estão presentes no Huambo desempenham um papel semelhante na capital angolana, onde a actividade comercial formal apresenta uma relativa diversidade, sendo praticada em hipermercados e outras grandes superfícies comerciais, em pequenas e médias superfícies comerciais e em estabelecimentos de pequena dimensão. O comércio nos mercados corresponde a uma fracção significativa no contexto dos fluxos comerciais que abastecem a cidade e, tal como sucede no Huambo, a componente informal marca presença, quer no plano da actividade comercial grossista e retalhista quer no que se refere à prestação de serviços mercantis.

Os Mercados no Huambo e em Luanda

Em Abril de 2006 existiam nove mercados na cidade do Huambo, dois dos quais de gestão privada (mercado Central e mercado da Alta). O efectivo de vendedores nos mercados do Huambo era o seguinte (dados fornecidos pela Administração Municipal): mercado de S. Pedro, 11 068; mercado da Kanata 6 580; mercado Central 930; mercado do Kapango (S. Luís) 765; mercado de Benfica 484; mercado Bom Pastor (Cacilhas Sul) 427; mercado Cacilhas Norte 253; mercado Cavalão Branco (R. do Comércio) 234; e mercado da Alta (Himalaia) 87 operadores. No mesmo período, segundo a Direcção Provincial de Serviços Comunitários (DPSC) existiriam, em Luanda, 55 mercados urbanos e seis feiras. Dos 55 mercados urbanos, 14 integravam a categoria dos mercados municipais, 23 eram mercados de levante, sob jurisdição da DPSC, e 18 eram mercados privados. Das seis feiras, duas eram municipais e as restantes de exploração privada. Em 35 dos 61 locais de venda recenseados, estariam activos 27 942 operadores registados. De acordo com a referida fonte, os cinco maiores mercados de Luanda, considerando o número de vendedores registados na respectiva administração, seriam: mercado do Kikolo (4 871 vendedores); mercado Roque Santeiro (4 184 vendedores); mercado Asa Branca

(3 800 vendedores); mercado dos Correios/Golf2 (2 240 vendedores); e mercado N'Gola Kiluange/Kwanzas (2 078 vendedores). Estas estimativas oficiais são significativamente subavaliadas relativamente ao número de operadores que estão diariamente activos nos mercados urbanos de todo o país, pois não têm em conta os agentes envolvidos no fornecimento de refeições nas «barracas» e restaurantes e todo o conjunto de actividades relacionado com a prestação de um vasto leque de serviços, desde a troca de moeda, ao armazenamento, conservação e carregamento de mercadorias, à venda ambulante, à venda de sacos, à prestação de serviços de limpeza, de segurança ou de lazer. As redes de mercados de Luanda e do Huambo têm sofrido mutações significativas, não apenas no que se refere ao número de mercados operativos, à respectiva dimensão, às funções que desempenham no quadro da rede comercial e de prestação de serviços mercantis, mas também no que respeita às próprias características funcionais e organizativas dos mercados. Tal processo de mudança, recomposição e reconfiguração consubstanciou-se, entre outros aspectos, no encerramento de alguns mercados, no nascimento de outros, na crescente informalização do comércio praticado nos mercados urbanos, numa crescente interpenetração entre o comércio informal e o comércio ilegal e em alterações da hierarquia intrínseca à rede que constituem. No caso particular da cidade do Huambo, a intensidade particularmente destrutiva do conflito militar prolongado e os efeitos desestruturantes dele decorrentes acentuaram o carácter informal e a natureza precária e mutante da rede de mercados da cidade.

O mercado de S. Pedro (Huambo)

Em Abril de 2006 era o principal mercado da cidade, tendo entretanto sido deslocado para a zona da antiga fazenda da Kissala. Trata-se de um mercado informal que surgiu em 1979/1980 e que estava localizado numa área com forma rectangular entre o cemitério municipal (limite esquerdo) e, no limite direito, pelas antigas instalações da Baiona (Confecções) e da Pekelene (sacos de plástico); nas suas traseiras passa a via férrea e é delimitado na sua parte frontal pela estrada que liga a cidade do Huambo a Caála. Com um efectivo de 11 068 operadores, de acordo com a informação recolhida junto da Administração Municipal da Comuna onde estava instalado, o mercado apresentava uma oferta diversificada em termos comerciais, a que se acrescentava um leque relativamente amplo de prestação de serviços (pessoais, reparação, restauração, entretenimento).

No mercado de S. Pedro eram transaccionados produtos de origem local, produtos de outras províncias (Luanda, Kwanza Sul, Benguela, Huíla, Bié) e produtos estrangeiros, que chegam ao Huambo via porto do Lobito, via porto e aeroporto de Luanda ou a partir da Namíbia, país com o qual se estabelece um significativo fluxo de importações. O mercado apresentava uma oferta diversificada, com destaque para

os medicamentos, motorizadas, produtos de beleza, mobiliário, roupa, calçado, equipamentos eléctricos e electrónicos, produtos alimentares (retalho, grossista e semi-grossista), oferecendo também uma vasta gama de serviços: transporte (kupas-patas/candongueiros); restauração (cozinhas/restaurantes); carregamento (roboteiros); alfaiataria; reparação; entretenimento (microcinemas); câmbio de moeda (doleiros, kinguilas). O controlo da actividade no mercado era assegurado pelos fiscais da Administração Municipal, que respondiam perante a Comissão de Bairro e coordenavam e orientavam os vendedores e o funcionamento do mercado, para além de cobrarem as taxas de ocupação diária de espaço (variavam entre os 10 kzs para o comércio de menor rendimento – carvão, rama – e os 100kz para os bens industriais, para a venda de bens alimentares a grosso e para as cozinhas/restaurantes).

O mercado dos Kwanzas (Luanda)

O mercado dos Kwanzas é a designação popular do mercado municipal N'Gola Kiluanje, edificado nos anos 70, pouco depois da independência, estando localizado no município do Cazenga, na Comuna de Hoji ya Henda. É constituído por uma estrutura de exposição com cobertura, onde, em Abril de 2006, estariam activos entre 350 a 400 operadores, existindo também um reduzido número de pequenos gabinetes fechados, onde se encontram instalados alguns vendedores. No entanto, a maior parte dos vendedores está instalada em redor da estrutura coberta. O total de operadores do mercado era estimado, em Abril de 2006, entre 1 800 a 2 000 pelo Administrador do Mercado, enquanto que, na mesma data, a DPSC estimava o efectivo de vendedores registados no mercado N'Gola Kiluanje em 2 078 operadores. Parte significativa dos operadores instalados na área não coberta do mercado são oriundos de províncias do Norte (Uíje, Kwanza Norte, Zaire), verificando-se, também, que a presença de comerciantes estrangeiros é menos significativa (congoleses, malianos, senegaleses) do que noutros mercados da cidade. É um mercado retalhista de oferta diversificada de uma grande variedade de produtos: horto-frutícolas; peixe; carne; bens alimentares industriais; bebidas; vestuário; calçado; cigarros; peças de automóvel; joalharia e ourivesaria; material escolar; produtos de uso doméstico (detergentes, plásticos, etc.); electrodomésticos; mobiliário; equipamento audiovisual e de comunicação; CD e DVD; etc. Também se pratica comércio grossista e semi-grossista de alguns tipos de produtos (feijão, soja, mandioca, etc.). O comércio retalhista apresenta alguns segmentos de especialização relativamente a alguns tipos de produtos: medicamentos, produtos de beleza, carne de caça fumada (javali, pakassa, entre outros), proporcionando uma oferta variada de serviços complementares: restauração; segurança; carregamento de mercadorias; reparação de equipamento audiovisual e de velocípedes com e sem motor; alfaiataria; câmbio de moeda estrangeira; armazenagem e aluguer de espaço em câmaras frigoríficas. Os vendedores pagavam uma taxa diária de 100 kwanzas (1 euro), com excepção das *cozinhas* que

pagavam uma taxa diária de 150 kwanzas (1,50 euros). Semanalmente, pagavam, também, uma taxa de limpeza no montante de 20 kwanzas. O mercado encerra à 2ª feira para limpeza quer da estrutura coberta quer da parte exterior e a sua segurança é garantida por 14 elementos da 14.ª esquadra da III Divisão da Polícia Nacional, com o apoio de mais de duas dezenas de fiscais adstritos à Administração do mercado. No exterior existem terminais de candongueiros que asseguram as ligações com outras zonas da cidade com outros municípios, com outras províncias e até mesmo com países limítrofes, nomeadamente a R. D. Congo.

O mercado Roque Santeiro (Luanda)

Oficialmente criado em 1986, em resultado da transferência para uma antiga lixeira de vários pequenos mercados – Calemba, Brinca n'Areia e Cala-a-Boca – que funcionavam na zona noroeste da cidade, é o mercado abastecedor da maioria dos outros mercados de Luanda. Regista todo o tipo de actividade comercial, englobando o comércio grossista, semigrossista, retalhista e microretalhista e um amplo leque de prestação de serviços mercantis. Cruciais para a actividade do mercado são as actividades de suporte, nomeadamente o transporte, o carregamento, o armazenamento, o câmbio de divisas, o aluguer de sombras, bancadas e cadeiras, a segurança, a restauração e confecção de alimentos e as actividades associadas ao entretenimento. O mercado combina características de mercado retalhista, de oferta diversificada de uma grande variedade de produtos, com a actividade grossista e semigrossista de alguns tipos de produtos (feijão, soja, milho, peixe, mandioca, etc.). Pratica-se o comércio retalhista especializado de alguns tipos de produtos (medicamentos; produtos de beleza; peças de motociclos e automóveis; plásticos; produtos do campo) e o mercado oferece uma grande variedade de serviços complementares, registando-se um significativo grau de organização e de controlo por parte da Administração, que se reflecte, entre outros aspectos, no facto de os operadores estarem concentrados por secções de venda de determinados tipos de produtos. O *Sector 12*, onde se realiza a venda de mercadorias expostas no interior de viaturas, e o *Ringue*, uma zona de grande concentração de cambistas (doleiros/kinguilas), são duas das singularidades que caracterizam o mercado Roque Santeiro. O controlo do mercado resulta de uma intervenção tripartida da Direcção Provincial de Serviços Comunitários, da Administração Municipal do Sambizanga e da Administração do Mercado. O número oficial de operadores terá decrescido de 5 087 em 2003 para 4 184 em 2006, a fazer fé nos dados da Administração dos mercados e da estrutura responsável pelos mercados ao nível provincial. Em Abril de 2006, o valor das taxas diárias, de acordo com o Administrador do mercado, era de 400 kwanzas (4,20 euros) para as viaturas do sector 12, de 150 kwanzas (1,80 euros) para as cozinhas e barracas e de 100 kwanzas para as bancas (1,20 euros), sendo paga semanalmente uma taxa de limpeza no montante de 100 kwanzas (1,20 euros). O mercado é um foco de actividades mar-

ginais ligadas à prostituição, delinquência e tráficos diversos, o que explica a existência de iniciativas de acção social, promovidas pela organização religiosa Salesianos D. Bosco, que tem a funcionar uma creche, uma casa de acolhimento de crianças abandonadas e dois centros de alfabetização no interior do mercado. Tal como sucede no mercado dos Kwanzas, o mercado Roque Santeiro encerra à 2ª feira para limpeza geral, de responsabilidade municipal e a segurança dos operadores e consumidores é garantida por vinte elementos da esquadra da II Divisão da Polícia Nacional, que estão instalados num posto sediado no recinto da Administração do mercado, com o apoio de mais de duas dezenas de fiscais e seguranças adstritos à Administração do mercado.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Análise das Entrevistas

A informação gerada pelas entrevistas forneceu um importante conjunto de elementos de análise que, neste artigo, só parcialmente são explorados. Na cidade do Huambo, a entrevista realizada com o Director Provincial do Comércio, em 7/04/2006, permitiu esboçar o panorama da actividade comercial na cidade, destacar a presença dominante de comerciantes estrangeiros associados ao comércio grossista e identificar a importância das principais rotas comerciais, através das quais se processa o abastecimento da cidade por via de fluxos comerciais que envolvem transacções de carácter interprovincial, transfronteiriço e transnacional: «... O comércio é a actividade económica principal na província do Huambo e existe uma componente informal importante... O comércio formal é dominado por três grandes empresas grossistas – Arosframe, Comalco e Golfrate –, em que as duas últimas são de indianos e libaneses... A Namíbia constitui o país vizinho com qual se regista maior fluxo de mercadorias... Cerveja, produtos plásticos, açúcar, motorizadas, arroz, milho, colchões e até mobiliário... O transporte é feito sobretudo por camião... É uma actividade muito lucrativa o transporte terrestre de mercadorias... Só o grupo Valentim Amões deve ter cerca de 200 viaturas a operar no comércio com as províncias e com os países vizinhos... Huambo-Huíla-Cunene é uma rota importante ligada aos postos fronteiriços de Namacunde e do Chitado. Outra rota importante é Huambo-Bié-Kuando-Kubango, através dos postos fronteiriços de Katuitui, Rivungo, Cuangar e outros... De Luanda também chegam muitas mercadorias importadas, com origem em Portugal, Brasil, Dubai, África do Sul... Está tudo ligado... Por exemplo, as motorizadas dos kupapatas, algumas saem aqui da fábrica da Ulisses, outras vêm da Namíbia, são na maioria de fabrico indiano, outras vêm de Luanda e muitas delas são de fabrico chinês... Basta ir ao mercado de S. Pedro que encontra lá produtos que vêm dos municípios, principalmente horto-frutícolas (milho; feijão; batata rena; morangos; cenoura; loengos; ginguba; etc...), produtos que vêm das outras províncias, prin-

principalmente Luanda, Benguela, Huíla e Bié e produtos de outros países vizinhos... Não é só da Namíbia, também encontra panos, produtos de beleza e medicamentos da R. D. do Congo ou mesmo produtos que chegam da Zâmbia...».

Um dos elementos mais interessantes que resultou das entrevistas realizadas em Luanda foi a presença de redes de comerciantes envolvidas no pequeno e médio comércio retalhista e semigrossista. *Moambeiras(os)* é a expressão angolana que identifica os agentes económicos envolvidos em deslocações frequentes ao estrangeiro, por via aérea, para adquirirem produtos que depois vendem a outros comerciantes dos mercados ou a clientes habituais, surgidos no quadro das redes familiares, das redes de vizinhança, de amizade ou de proximidade profissional. A. J., 29 anos, sexo feminino, natural de Luanda, tem banca no mercado dos Kwanzas, desde há 5 anos. Vende produtos de beleza, com o auxílio de uma sobrinha, filha da irmã mais velha: «... Aqui a Luísa é que fica a tomar conta do negócio quando vou viajar... Por ano, duas ou três vezes, costumo sair para comprar mercadoria... Perfumes, produtos para desfrisar cabelo, cremes... Joanesburgo, Lisboa, Londres é onde vou mais vezes, mas também já fui uma vez ao Rio de Janeiro e outra vez a Paris... Há duas senhoras, aqui nos Kwanzas, a quem vendo alguns produtos e tem a cunhada de uma delas que está no mercado do Prenda que também é cliente... Lá no bairro (11 de Novembro) há uma senhora que é cabeleireira que compra sempre e ainda tem umas outras senhoras lá do Ministério da Família e da Mulher que também são boas clientes... Quando fui no Brasil trouxe muitos biquínis brasileiros e nem sobrou só um... Quero até ir mesmo nos Estados Unidos, pois sei que lá tem bué de produtos afro, que nem há noutros lugares... Produtos afro, paizinho... É mesmo para a carapinha e para a pele dos negros...». M. A. é vendedora de produtos de higiene pessoal (perfumes, gel de banho, sabonetes, etc.) no sector 12 do mercado Roque Santeiro: «... Sou mesmo aqui de Luanda... Estou no Roque desde 1991, ajudava uma tia que vendia cerveja e gasosas... Depois a tia avançou para uma barraca... A hiasse comprei com o meu marido... Tem um primo dele que viaja bué, Portugal, Dubai, África do Sul, R. D. Congo e traz a mercadoria... Também vende a outros vendedores aqui do sector 12 e a outros que estão no mercado Palanca...».

Análise do Questionário – Caracterização da Amostra Global

Neste ponto, procede-se a uma caracterização geral relativa à amostra que integra os três mercados. Para efeitos de análise, a categoria de não respostas (não sabe/não responde) foi sempre tomada em consideração. A aplicação do questionário adaptado ao eixo Luanda-Huambo foi realizada em três mercados, tendo abrangido um total de 197 indivíduos: S. Pedro no Huambo (25,4%) e os mercados de Kwanzas (30,5%) e de S. Roque (44,2%) em Luanda.

O primeiro conjunto de questões visava esboçar a **caracterização sócio-demográfica** dos inquiridos. Dos inquiridos, 47,2% são do sexo masculino e 46,2% do sexo feminino. Trata-se de população jovem, pois 11,2 % tem idade inferior aos 20 anos, enquanto que 39,6% têm entre 21 e 30 anos e 33% têm entre 31 e 40 anos de idade. O local de origem dos inquiridos abrange a maioria das províncias angolanas, sendo que 22,3% provêm do Huambo e 15,7% de Luanda. Uíje, com 9,6%, e Bengo, Malange e Zaire, cada uma com 8,6%, são províncias com representação significativa na amostra. A escolaridade dos inquiridos é, em termos gerais, reduzida, uma vez que 9,1% não sabe ler nem escrever e que 20,8% não frequentaram a escola, sabendo, contudo, ler e escrever. Regista-se, ainda, que 14,2% completaram o ensino secundário e que 15,2% afirmaram ter concluído um curso profissional. A condição perante a profissão em que os inquiridos mais se reconhecem é o exercício de uma actividade profissional, com 72,1% dos casos declarados, enquanto que 10,7% dos inquiridos responderam estar em situação de desemprego e outros 10,7% em outra situação não especificada. Relativamente à profissão que exercem, o comércio e venda de produtos é a actividade que apresenta maior número de ocorrências, observando-se que 79 inquiridos se dedicam a esta actividade nos seus mais variados ramos (41,6%). No que concerne à situação na profissão, a resposta que alcança maior expressão é a dos trabalhadores por conta própria sem empregados, que corresponde a 77,2% da amostra contra 11,7% de trabalhadores por conta de outrem.

A segunda dimensão do questionário destinava-se a analisar a **participação e pertença** dos inquiridos a diferentes associações ou grupos. Da observação dos dados recolhidos, verifica-se que esta prática não tem grande repercussão junto dos inquiridos, pois os níveis de associativismo declarados são reduzidos. Contudo, pode avançar-se que a pertença a grupos religiosos ou espirituais é aquela que regista maior incidência, com 41 ocorrências em 197, surgindo os grupos financeiros, de crédito ou de poupança como segunda associação ou grupo mais referido, com 11 ocorrências.

Os inquiridos foram, também, questionados sobre as **práticas e as condições relativas ao exercício da actividade**. Em relação ao período de tempo de exercício da actividade comercial actual do inquirido, verifica-se que 11,7% a realizam há 3 anos e 11,2% há 5 anos. Os principais produtos que os inquiridos comercializam vão desde peças de vestuário e acessórios, a produtos alimentares e bebidas, passando por produtos de limpeza e higiene, entre outros. O local em que mais inquiridos procedem à aquisição dos primeiros produtos referenciados é a cidade de Luanda, com 68% das respostas obtidas, surgindo depois as províncias (15,2%), o estrangeiro (10,2%) e as fronteiras (2,5%). O número de vezes que, por mês, procedem ao abastecimento dos bens que comercializam, é variável, retirando-se das respostas que

14,7% adquirem os seus produtos três vezes por mês e 13,1% duas vezes por mês. Em relação às quantidades adquiridas em cada abastecimento, observa-se que existe uma grande variedade de respostas, dependendo essencialmente dos produtos comercializados pelos inquiridos. Ao nível da organização para efectuar o abastecimento dos produtos comercializados, constata-se que, em relação ao primeiro produto assinalado, 76,4% dos inquiridos actuam individualmente. Questionados sobre a forma de obtenção do capital inicial para abertura do negócio que praticam actualmente, constata-se que 67 dos inquiridos efectuaram uma poupança individual que lhes permitiu iniciar o negócio, enquanto que 51 referiram a ajuda conseguida junto de familiares e 11 afirmaram tê-lo feito com a ajuda de amigos. A posse de alvará para exercício de actividade foi assumida apenas por 20,8% dos inquiridos, enquanto 63,5% admitiram não possuir este requisito legal de prática de actividade. Quanto ao pagamento das diferentes taxas decorrentes da prática de actividades comerciais, observa-se que 73,1% dos inquiridos pagam taxa de limpeza, verificando-se, ainda, que 56,9% pagam taxa de ocupação de espaço no mercado. Em relação à taxa de segurança, 13,7% afirmam pagá-la e 6,6% afirmaram pagar ainda taxas alfandegárias.

O **grau de confiança e de solidariedade** entre os indivíduos foi integrado na dimensão quatro do questionário, com o intuito de descortinar as representações que os inquiridos apresentam sobre a interacção com os outros parceiros no exercício da sua actividade. Deste modo, verifica-se que 46,7% dos inquiridos afirmaram confiar ou confiar totalmente na maioria das pessoas, enquanto que 47,2% asseguraram não confiar ou não confiar totalmente nas outras pessoas. O grau de confiança depositado nos diferentes tipos de agentes com os quais se relacionam no decurso da actividade evidencia uma falta de confiança generalizada, com excepção da que se refere aos membros da família ou da mesma confissão religiosa. Relativamente ao grau de confiança nos familiares, verifica-se que 65,5% dos inquiridos confia ou confia totalmente nos seus parentes. No que concerne aos membros da mesma congregação religiosa de pertença, verifica-se que metade dos inquiridos confia ou confia inteiramente neles. Os outros comerciantes inspiram pouca ou nenhuma confiança aos inquiridos, pois 42,7% disseram não confiar nos outros comerciantes contra apenas 25,9% dos que pensam de maneira oposta. Foi, igualmente, analisada a confiança nos comerciantes estrangeiros, nomeadamente os libaneses, malianos ou senegaleses, podendo observar-se que somente 6,6% depositam confiança neles. Subsequentemente, afere-se uma percentagem de 58,9% que admitiram não confiar nos congéneres estrangeiros. Relativamente aos funcionários da inspecção económica e sanitária e aos agentes policiais, o nível de desconfiança dos membros da amostra é elevado, apresentando valores percentuais de 33% e 68,5%, respectivamente. Questionados sobre se o grau de confiança, entre as pessoas envolvidas na actividade a que os inquiridos se dedicam, aumentou ou diminuiu nos últimos dois anos, as

opiniões variam entre aqueles que entendem que essa confiança diminuiu (35,5%) e aqueles que consideram que aumentou (30,9%), observando-se que, por último, surgem os que consideram que essa confiança se manteve a níveis semelhantes (24,9%). A pergunta que finaliza o inquérito aplicado no eixo Luanda-Huambo em Angola refere-se à frequência da ajuda entre as pessoas que compartilham a actividade profissional com o inquirido, podendo constatar-se que 49,7% têm a percepção de que esse comportamento é frequente ou ocorre muitas vezes, enquanto que 44,7% consideraram que a interajuda acontece poucas vezes ou raramente.

Análise do Questionário – Comparação entre os Mercados

Um primeiro eixo de análise remete para a dimensão sócio-demográfica, relativamente ao qual se constata, transversalmente, que os operadores dos mercados são jovens, oriundos das diferentes províncias do país e com um reduzido grau de escolarização formal, mas onde sobressaem, também, algumas diferenças substantivas entre os três mercados (ver Quadro I, p. 50).

Desde logo, a existência de uma maior percentagem de homens no mercado Roque Santeiro, comparativamente aos outros dois mercados, o que resulta seguramente do enviesamento de dados associado ao facto de se tratar de uma amostra de conveniência, focalizada essencialmente sobre apenas um sector do mercado, o *sector 12*, geralmente ocupado por comerciantes com ligação ao comércio transnacional. Uma outra característica que distingue o mercado Roque Santeiro refere-se à presença mais visível de comerciantes oriundos das províncias do Norte do país e de comerciantes estrangeiros, a que não será alheia a dimensão do mercado enquanto factor de atractividade para os operadores. No pólo oposto, o mercado S. Pedro no Huambo não apresenta ocorrências em termos de amostra relativas à presença de operadores estrangeiros ou naturais das províncias mais ao Norte do país, consequência do reduzido número de inquéritos administrados (apenas 50), mas também efeito ainda persistente das dificuldades de deslocação para as províncias directamente mais afectadas pelo conflito militar.

Um segundo eixo analítico reenvia para as características relativas ao exercício da actividade, bem como para as condições em que é exercida, sobressaindo o papel da província de Luanda como principal origem de abastecimento dos três mercados e o menor peso relativo do comércio transnacional (o maior número de ocorrências, 12, regista-se no mercado Roque Santeiro) e do comércio transfronteiriço (o maior número de ocorrências, 4, verifica-se no mercado S. Pedro, onde o somatório das referidas duas origens se cifra nos 18%). Igualmente relevantes são a fraca propensão para o associativismo, com excepção dos grupos religiosos (5 ocorrências no mercado S. Pedro, 25 no mercado dos Kwanzas e 11 no mercado Roque Santeiro) e dos gru-

QUADRO I

Mercado Kwanzas	Mercado S. Pedro	Mercado Roque Santeiro
Menor diferencial relativo de mulheres (43,3%) face aos homens (40%)	Maior diferencial relativo de mulheres (62%) face aos homens (36%)	Homens são maioritários (58,6%) face às mulheres (39,1%)
Maior % de operadores com idade < 30 anos (60%) 46,7% entre 21-30 anos	Menor % de operadores com idade < 30 anos (44%) 34 % entre 21-30 anos	37,9 % entre 21-30 anos
52 % de operadores sem frequência da escola e 36% que completaram o ensino básico	41,7 % de operadores sem frequência da escola e 23,3% que não completaram o ensino básico; 20% completaram curso de formação profissional	Menor % de operadores sem frequência da escola (0,92%) e 36,8% que completaram o ensino básico; 46% completaram o ensino secundário ou curso de formação profissional
Peso dominante de operadores oriundos da província de Luanda (23,3%)	Peso dominante de operadores oriundos da província do Huambo (62%)	Operadores repartidos por 13 das 18 províncias Luanda (18,4%) é a principal origem
Presença reduzida de naturais das províncias do Norte (Uíje, Zaire, Kwanza Norte)	Inexistência de operadores naturais das províncias do Norte (Uíje, Zaire, Kwanza Norte)	Forte presença de naturais das províncias do Norte (Uíje, Zaire, Kwanza Norte)
Presença reduzida de operadores naturais de outros países (R. D. Congo, Senegal)	Inexistência de operadores naturais de outros países	Presença de operadores naturais de outros países (R. D. Congo, Senegal, Mali, Congo Brazaville, S. Tomé)

pos rotativos de poupança e crédito (2 ocorrências no mercado S. Pedro, 1 no mercado dos Kwanzas e 8 no mercado Roque Santeiro). Da análise comparativa, emerge a constatação da existência de um maior grau de controlo da actividade nos mercados de Luanda em relação ao mercado localizado na cidade do Huambo, como resul-

ta da análise cruzada entre a posse de alvará para o exercício da actividade (11 ocorrências no mercado S. Pedro, 2 no mercado dos Kwanzas e 28 no mercado Roque Santeiro) e da contribuição diária sobre a utilização do espaço ocupado (1 ocorrências no mercado S. Pedro, 36 no mercado dos Kwanzas e 75 no mercado Roque Santeiro) e semanal para efeitos da limpeza dos mercados (47 ocorrências no mercado S. Pedro, 25 no mercado dos Kwanzas e 72 no mercado Roque Santeiro). Significativa é, também, a distinção entre os três mercados no que se refere ao principal tipo de ajuda com que os inquiridos contaram para o arranque do negócio, facto que estará associado à dimensão, mas também às características sócio-culturais dos operadores. No mercado Roque Santeiro, a poupança individual é nitidamente o principal apoio para o arranque do negócio (43 ocorrências contra 25 relativas ao apoio prestado por familiares). No mercado dos Kwanzas, para além da poupança individual (23 ocorrências), emerge o apoio da estrutura familiar (19 ocorrências), enquanto que, no mercado S. Pedro, o apoio prestado por familiares (7 ocorrências) e o apoio da rede de amigos (5 ocorrências) emergem como principais estruturas de suporte ao início da actividade dos inquiridos. A presença da rede de amigos no caso do Huambo poderá estar relacionada com a desestruturação das redes familiares, consequência de um conflito militar que separou espacialmente e dividiu politicamente alguns dos seus membros (ver Quadro II, p. 52).

O terceiro eixo de análise focaliza-se na observação das relações de interacção, consideradas do ponto de vista da confiança e da solidariedade entre os inquiridos e os outros actores com os quais coabitam no processo de concretização da sua actividade quotidiana (ver Quadro III, p. 53).

O denominador comum entre os inquiridos dos três mercados é um elevado grau de desconfiança nos agentes públicos de regulação, controlo e fiscalização (policia, fiscais sanitários, guardas alfandegários). O mercado dos Kwanzas é aquele em que a confiança nos grupos de pertença familiar e religioso assume maior expressão, informação que é consistente com a constatação anteriormente sublinhada de que é neste mercado que a família surge como um importante mecanismo de suporte ao arranque dos negócios. O mercado de S. Pedro, no Huambo, é o que revela maiores níveis de solidariedade de carácter funcional, em concordância com o maior grau de confiança relativa nos outros comerciantes, nos transportadores e nos comerciantes estrangeiros.

CONCLUSÃO

A componente informal tem peso relativo significativo na actividade comercial e prestação de serviços mercantis nos mercados S. Pedro, Kwanzas e Roque Santeiro.

QUADRO II

Mercado Kwanzas	Mercado S. Pedro	Mercado Roque Santeiro
<p>Maior peso relativo dos produtos adquiridos em Luanda (87,5%)</p>	<p>Maior peso relativo dos produtos adquiridos nas províncias (44,9%) ou na fronteira (6,1%)</p> <p>Luanda é a origem de 33% do principal produto comercializado</p>	<p>Peso relativo dos produtos adquiridos em Luanda (81,2%)</p> <p>Maior peso relativo dos produtos adquiridos no estrangeiro (14,1%)</p>
<p>Maior % de participação em associações, nomeadamente em grupos religiosos; fraca % de participação em associações de comerciantes e em grupos de poupança e crédito</p>	<p>Fraca % de participação em grupos religiosos, associações de comerciantes e em grupos de poupança e crédito</p>	<p>Maior % de participação em redes de comerciantes e em grupos de poupança e crédito (kixiquila)</p>
<p>Maior peso relativo da ajuda familiar no arranque do negócio (38,8%)</p>	<p>Maior peso relativo da rede de amigos no arranque do negócio (10,6%)</p>	<p>Maior peso relativo da poupança individual no arranque do negócio (85,2%)</p>
<p>Relativo grau de controlo e regulação da actividade no mercado (60% pagam taxa diária de ocupação do espaço)</p>	<p>Apenas 2% referiram o pagamento da taxa diária de ocupação do mercado</p>	<p>Maior grau de controlo e regulação da actividade no mercado (86,2% pagam taxa diária de ocupação do espaço)</p>
<p>Apenas 3,7% referiram possuir alvará</p>	<p>22% de comerciantes com alvará</p>	<p>34,1% de comerciantes com alvará</p>

A actividade comercial nos mercados está estreitamente articulada com a actividade comercial desenvolvida nas cidades. O caso do mercado Roque Santeiro é ilustrativo, uma vez que o mercado abastece vários outros mercados da cidade, é abastecido por armazéns de comércio grossista e retalhista formais (entre outras fontes) e participam na actividade económica do mercado operadores de outros segmentos de actividade (armazenamento de mercadorias, transporte de mercadorias e de pessoas, serviços pessoais e de entretenimento, entre outros). A pesquisa nos três mercados revelou uma estreita articulação com a actividade comercial interprovincial, sendo que

QUADRO III

Mercado Kwanzas	Mercado S. Pedro	Mercado Roque Santeiro
Maior confiança na família e nos grupos religiosos		Maior confiança na família e nos outros comerciantes Maior desconfiança em relação a comerciantes estrangeiros
	Maior confiança nos outros comerciantes, nos transportadores e nos comerciantes estrangeiros	
Elevado grau de desconfiança nos agentes públicos de regulação, controlo e fiscalização (polícia, fiscais sanitários, guardas alfandegários)	Elevado grau de desconfiança nos agentes públicos de regulação, controlo e fiscalização (polícia, fiscais sanitários, guardas alfandegários)	Elevado grau de desconfiança nos agentes públicos de regulação, controlo e fiscalização (polícia, fiscais sanitários, guardas alfandegários)
Disponibilidade para a interajuda no quadro de relações de carácter funcional (30%)	Disponibilidade para a interajuda no quadro de relações de carácter funcional (63%)	Disponibilidade para a interajuda no quadro de relações de carácter funcional (59,3%)
Perspectiva menos pessimista sobre a evolução do grau de confiança nos outros (33,3% têm mais confiança e 46,7% têm menos confiança)	Perspectiva mais pessimista sobre a evolução do grau de confiança nos outros (6,5% têm mais confiança e 54,3% têm menos confiança)	Perspectiva mais optimista sobre a evolução do grau de confiança nos outros (44,2% têm mais confiança e 19,8% têm menos confiança)

Luanda e as províncias constituem as principais origens e destinos das trocas comerciais em que participam os operadores do mercado. A actividade comercial nos mercados dos Kwanzas e Roque Santeiro está relativamente articulada com a actividade comercial transfronteiriça: a R. D. Congo e o Congo Brazaville constituem pontos de partida de rotas comerciais que ligam os mercados de Luanda aos países vizinhos e a

partir de onde, por via terrestre, chega ao mercado um leque muito diversificado de produtos importados. No mercado S. Pedro foi possível constatar a importância das rotas comerciais que, através das províncias do Kunene e do Kuando-Kubango, fazem a ligação com a Namíbia, que constitui a proveniência de parte significativa das mercadorias que alimentam o comércio grossista e retalhista da cidade do Huambo.

África do Sul, Brasil, China, Dubai e Portugal constituem os países de origem da maior parte dos produtos importados que são transaccionados nos mercados dos Kwanzas e Roque Santeiro, onde se regista a presença de *moambeiras* e de outros comerciantes envolvidos na actividade comercial transnacional de pequena e média dimensão. A contaminação dos fluxos comerciais informais pelo comércio e práticas ilegais, nomeadamente pelo contrabando de bens importados, organizado a partir dos países vizinhos ou pelos desvios organizados de produtos, constitui um facto não negligenciável (este aspecto surge com maior expressão em alguns segmentos específicos: medicamentos, telemóveis, peças de automóvel, CD/vídeos). Os fluxos comerciais informais estão na origem de fortunas privadas e de privilégios públicos que se estruturam sobre coligações entre o poder comercial e os interesses políticos, o que põe em causa as teses que associam ao comércio informal uma vocação predominantemente redistributiva e que o perspectivam como alfofre de uma autêntica classe empresarial, empreendedora e independente do Estado. A tese, muito popular, que associa o comércio informal ao ressurgimento das redes comerciais baseadas na iniciativa económica popular e na solidariedade étnica (temporariamente submergidas pela imposição e pelas fronteiras coloniais) não encontra sustentação nos dados que foi possível recolher. Relativamente aos dados que foi possível recolher em Luanda e no Huambo, a presença de redes comerciais surge com um carácter pontual. As redes identificadas sustentam-se, na maioria dos casos, em relações funcionais e/ou familiares (o factor étnico surge, nos dados recolhidos, praticamente ausente).

Uma das constatações mais significativas da pesquisa revela que o grau de confiança que os operadores revelam face aos outros agentes com que se relacionam para o exercício da actividade é reduzido (esta situação pode resultar das características da amostra, mas pode também estar associada à desestruturação das vinculações identitárias e das relações sociais provocada pelo conflito militar e pela urbanização compulsiva). Apenas a família e, em certa medida, os grupos religiosos parecem merecer uma percepção positiva em termos de confiança por parte dos inquiridos. As diferenças identificadas entre Luanda e o Huambo – por exemplo, maior participação do grupo familiar no arranque dos negócios, maior confiança nas redes de parentesco e no grupo religioso em Luanda do que no Huambo; maior importância da rede de amigos, maior confiança nos outros comerciantes ou nos comerciantes estrangeiros e maior grau de interajuda no Huambo – parecem indiciar um complexo processo de

recomposição de solidariedades e de reposicionamento dos actores face aos grupos de pertença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAUTA, M. (1998), «Contribuição para o conhecimento do sector informal de Luanda». Développement des Investigations sur Ajustement à Long Term, Luanda. Policopiado.
- GPH (2006), **Programa Geral – Biénio 2005-2006**. Governo Provincial do Huambo.
- GPH (2005), **Relatório das Actividades Desenvolvidas – 2005**. Governo Provincial do Huambo.
- INE (2000), **Inquérito às Despesas e Receitas dos Agregados Familiares – IDR 2000**. Instituto Nacional de Estatística.
- KPMG/Ministério do Plano (2003), **Luanda, Perfil Sócio-económico**. Ministério do Plano.
- LOPES, C. M. (2007), «Processos de organização na economia informal: estudo de caso sobre o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Informal (STCI) em Luanda». Conferência Informalizing Economies and New Organizing Strategies in Africa, Uppsala, Abril.
- LOPES, C. M. (2006), «Candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros: uma digressão pela economia informal de Luanda». *Lusotopie*, XIII(1), pp. 163-183.
- LOPES, C. M. (2005), «From machimbombos (buses) to candongueiros (minibuses) and kupapatas (taxi-bikes): the evolution of passenger road transport in Luanda and in Huambo in the last 25 years of the 20th century». AEGIS Conference, Londres, Junho.
- LOPES, C. M. (2004), «Informalidade e desenvolvimento: algumas pistas para reflexão». Congresso Internacional África Camina, Barcelona, Janeiro.
- PNUD (2000), **Angola 1999, Políticas de Redução da Pobreza**. PNUD.
- PNUD (1999), **Angola 1998, Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano**. PNUD.
- SCHNEIDER, F. (2005), «Shadow economies around the world: what do we really know?». *Journal of Political Economy*, vol. 23(1), pp. 598-642.